



# *DÍVIDA PASSIVA*

A Dívida Passiva é composta por quaisquer dívidas ou obrigações registradas no patrimônio, assumidas pela administração em decorrência de serviços, contratos e fornecimentos, cujos pagamentos não são realizados no ato, ou então, em face de empréstimos contraídos no País ou no exterior para suprimento de déficit orçamentário.

Para apurar o grau de endividamento do Estado do Rio de Janeiro, procuramos examinar as movimentações e saldos finais das rubricas que compõem sua Dívida Pública, constituída pelas Dívidas Flutuante e Fundada e os saldos referentes às outras obrigações de curto prazo e longo prazo.

## **8.1 DÍVIDA FLUTUANTE**

Entende-se como Dívida Flutuante, aquela que é contraída por um breve ou determinado período de tempo para atender eventuais insuficiências de caixa, restrita à área nacional, e se caracteriza por indicar débitos de curto prazo, que variam constantemente de valor e cujos pagamentos são realizados por resgates e independentemente de autorização legislativa, sendo compromissos assumidos com amortização inferior a doze meses.

De acordo com o art. 92 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a Dívida Flutuante compreende:

- Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- Os serviços da dívida a pagar;
- Os depósitos;
- Os débitos de tesouraria<sup>1</sup>.

O quadro a seguir demonstra o comportamento da Dívida Flutuante no exercício de 2006:

<sup>1</sup> Tratam-se de dívidas provenientes de operações de crédito para antecipação da receita orçamentária.



R\$ Milhares

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE - EXERCÍCIO 2006					
COMPONENTES	SALDO EXERCÍCIO ANT. 31/12/2005	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO 31/12/2006	%
		BAIXA	INSCRIÇÃO		
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>2.321.341</b>	<b>1.692.061</b>	<b>1.513.248</b>	<b>2.142.527</b>	<b>48,56%</b>
Exercício de 1998	3.298	-	-	3.298	0,07%
Exercício de 1999	2.339	-	-	2.339	0,05%
Exercício de 2000	19.229	19.686	457	0	0,00%
Exercício de 2001	52.840	2.203	995	51.632	1,17%
Exercício de 2002	231.771	30.301	2.287	203.757	4,62%
Exercício de 2003	79.753	12.755	1.310	68.308	1,55%
Exercício de 2004	336.303	153.460	1.339	184.181	4,17%
Exercício de 2005	1.595.808	1.473.655	23.372	145.524	3,30%
Exercício de 2006	-	-	1.483.488	1.483.488	33,63%
<b>SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR</b>	<b>1.384</b>	<b>1.388</b>	<b>2.149</b>	<b>2.145</b>	<b>0,05%</b>
Dívida Interna Amortização	4	8	1.459	1.455	0,03%
Dívida Interna Juros	1.380	1.380	690	690	0,02%
<b>SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>1.170.510</b>	<b>203.108</b>	<b>484.823</b>	<b>1.452.224</b>	<b>32,92%</b>
Sentenças Judiciais - Precatórios TJ	1.111.132	179.650	427.454	1.358.936	30,80%
Sentenças Judiciais - Precatórios TRT	45.113	20.571	27.718	52.261	1,18%
Sentenças Judiciais	14.265	2.887	29.650	41.028	0,93%
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>747.145</b>	<b>16.139.782</b>	<b>16.172.961</b>	<b>780.324</b>	<b>17,69%</b>
Consignações	444.577	8.515.348	8.590.244	519.473	11,77%
Depósitos de Diversas Origens	302.568	7.624.434	7.582.717	260.851	5,91%
<b>CREDORES ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>431.260</b>	<b>3.268.408</b>	<b>2.871.691</b>	<b>34.543</b>	<b>0,78%</b>
União, Estados e Municípios Credores	1.574	17	-	1.558	0,04%
Créditos de Terceiros	336.074	3.189.134	2.871.048	17.988	0,41%
CEF - C/ Repasse 0064855/83/98 - LIXÃO	2.331	4	67	2.394	0,05%
CEF - C/ Repasse - Projeto PRO-INFRA	1.150	790	431	791	0,02%
Outras Entidades Credoras	90.131	78.464	145	11.812	0,27%
<b>CRED. ORGAOS/NATIVOS (LEIS 3308 a 3311/1999)</b>	<b>225</b>	<b>225</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
Inativos Credores	225	225	-	-	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>4.671.865</b>	<b>21.304.973</b>	<b>21.044.872</b>	<b>4.411.764</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

De acordo com o demonstrativo exposto, podemos constatar que:

- Do total da Dívida Flutuante do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de 2006, os de maior representatividade são os Restos a Pagar e as Sentenças Judiciais, que correspondem, respectivamente, a 48,56% e 32,92% desta dívida.
- Do total de Restos a Pagar 30,76% referem-se a exercícios anteriores.
- O montante da dívida flutuante do exercício de 2006 reduziu 4,07% em relação ao período anterior.

A seguir apresentamos quadro comparativo da evolução da Dívida Flutuante no quadriênio de 2003 a 2006 e o gráfico referente a esta evolução:

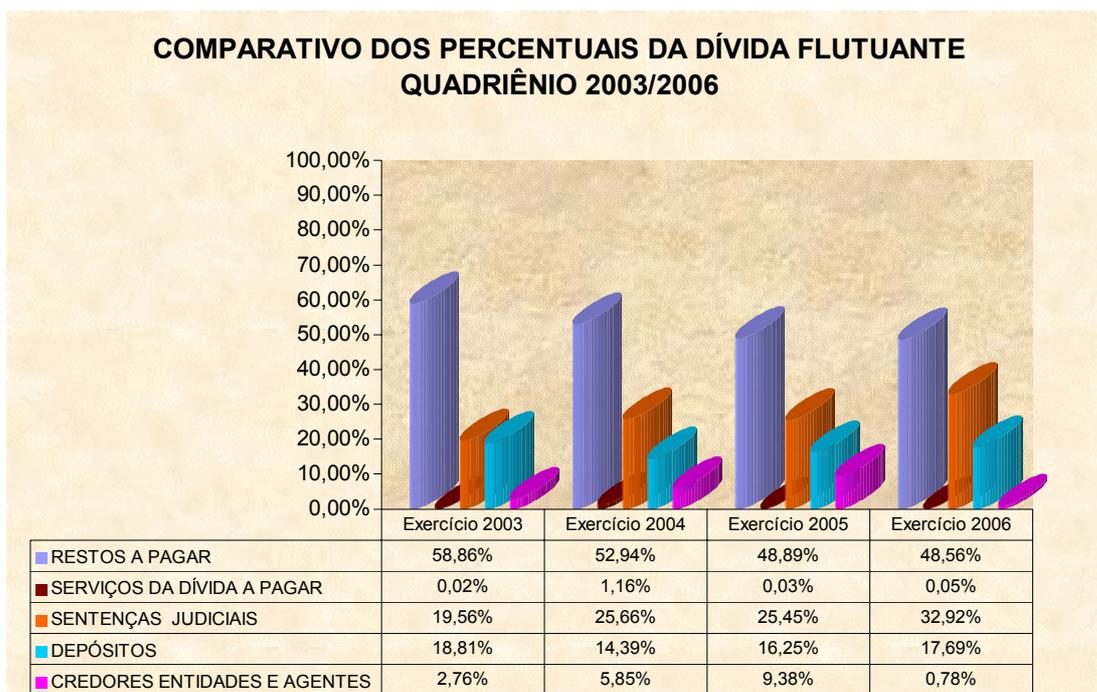


R\$ Milhares

COMPARATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE NO QUADRIÊNIO 2003/2006								
	EXERCÍCIO 2003	%	EXERCÍCIO 2004	%	EXERCÍCIO 2005	%	EXERCÍCIO 2006	%
RESTOS A PAGAR	2.766.910	58,86%	2.160.460	52,94%	2.248.649	48,89%	2.142.527	48,56%
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	957	0,02%	47.404	1,16%	1.384	0,03%	2.145	0,05%
SENTENÇAS JUDICIAIS	919.287	19,56%	1.047.422	25,66%	1.170.510	25,45%	1.452.224	32,92%
DEPÓSITOS	884.120	18,81%	587.288	14,39%	747.145	16,25%	780.324	17,69%
CREDORES ENTIDADES E AGENTES	129.535	2,76%	238.713	5,85%	431.260	9,38%	34.543	0,78%
CRED. ÓRGÃOS/INATIVOS (LEIS 3308 a 3311/1999)	147	0,00%	-	0,00%	225	0,00%	-	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>4.700.957</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.081.287</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.599.174</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.411.764</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Representação Gráfica:



Considerando o exposto, observamos que no quadriênio 2003/2006 o percentual de Restos a Pagar em relação ao total da dívida flutuante vem reduzindo-se gradativamente, enquanto que a Sentenças Judiciais vem sofrendo acréscimo.



## 8.2 OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

Para efeito de análise, consideramos como Outras Obrigações de Curto Prazo os saldos das contas que compõem os Grupos Provisões e Controle de Obrigações Patrimoniais.

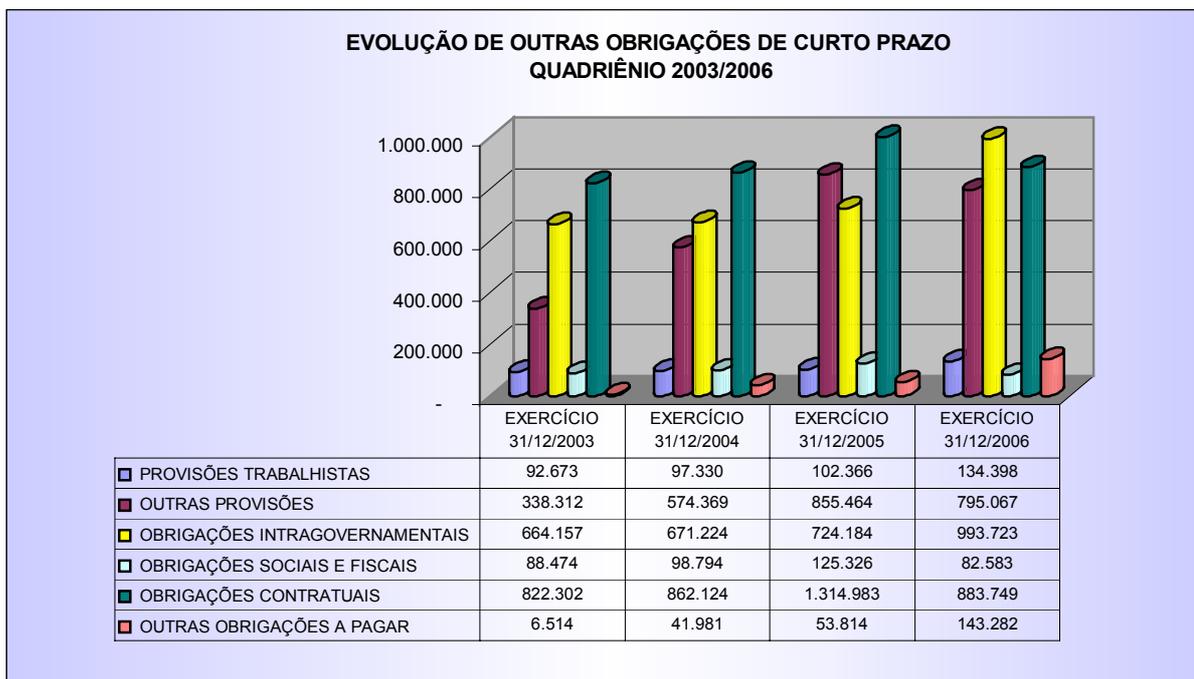
Demonstramos a seguir, a evolução das contas que compõem “Outras Obrigações de Curto Prazo” no quadriênio 2003/2006:

Em Milhares

COMPARATIVO DE OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO NO QUADRIÊNIO 2003/2006								
CONTA	EXERCÍCIO 31/12/2003	%	EXERCÍCIO 31/12/2004	%	EXERCÍCIO 31/12/2005	%	EXERCÍCIO 31/12/2006	%
PROVISÕES	430.985	21,42%	671.699	28,63%	957.830	30,16%	929.466	30,65%
PROVISÕES TRABALHISTAS	92.673	4,61%	97.330	4,15%	102.366	3,22%	134.398	4,43%
OUTRAS PROVISÕES	338.312	16,81%	574.369	24,48%	855.464	26,93%	795.067	26,22%
CONTROLE DE OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS	1.581.447	78,58%	1.674.123	71,37%	2.218.307	69,84%	2.103.337	69,35%
OBRIGAÇÕES INTRAGOVERNAMENTAIS	664.157	33,00%	671.224	28,61%	724.184	22,80%	993.723	32,77%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS	88.474	4,40%	98.794	4,21%	125.326	3,95%	82.583	2,72%
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	822.302	40,86%	862.124	36,75%	1.314.983	41,40%	883.749	29,14%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	6.514	0,32%	41.981	1,79%	53.814	1,69%	143.282	4,72%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.012.432</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.345.822</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.176.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.032.803</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Representação Gráfica:



Considerando o quadro e o gráfico apresentado, verificamos que, no exercício de 2006, dentre as contas que compõem o grupo “Outras Obrigações de Curto Prazo” a de maior representatividade são as Obrigações Intragovernamentais com 32,77% , seguida pelas Obrigações Contratuais e Outras Provisões, com, respectivamente, 29,14% e 26,22% deste grupo.



### 8.3 DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada, também conhecida como consolidada, é aquela que representa um compromisso de valor previamente determinado, garantida por títulos do governo, que rendem juros e são amortizáveis ou resgatáveis, podendo ou não o seu vencimento ser fixado, ou ainda, aquelas assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de financiamentos, e da realização de operações de crédito, sendo a amortização estipulada em prestações parciais, distribuídas em prazos superiores a doze meses, podendo ser interna quando contraída perante credores situados no País, e externa se situados no exterior.

Ao elaborarmos o Demonstrativo da Dívida Fundada do Estado adotamos a mesma metodologia da Superintendência do Crédito Público e Financiamento da Secretaria de Estado de Finanças — SEF, isto é, não foram considerados os valores referentes às UG's 317300 – RIOTRILHOS, 297100 – 124100 – FESP, 297100 - INSTITUTO VITAL BRAZIL S/A, 244300 – SERLA e 247100 - CEDAE, pois estas dívidas integram seus respectivos orçamentos, logo, não cabe ônus ao Tesouro Estadual, porém, estas foram incluídas no grupo de contas “Outras Obrigações a Longo Prazo” .

A Dívida Fundada do Estado se divide em interna e externa, e o montante desta conta no exercício de 2006 é de R\$ 44.738.003 mil.

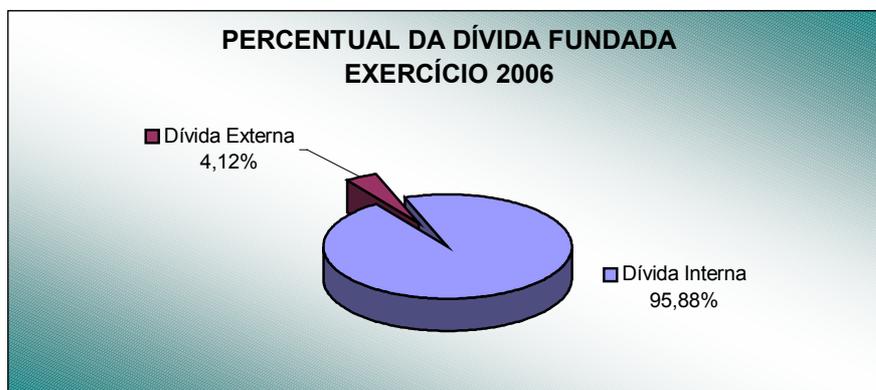
Em Milhares

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA – EXERCÍCIO 2006					
Descrição	Saldo 31/12/2005	Emissão	Reajuste	Resgate	Saldo 31/12/2006
<b>Dívida Interna</b>	<b>40.823.868</b>	<b>1.061.792</b>	<b>1.557.857</b>	<b>(550.153)</b>	<b>42.893.364</b>
<b>Contratos S.C.P</b>	<b>40.485.245</b>	<b>1.061.792</b>	<b>1.511.210</b>	<b>(535.549)</b>	<b>42.522.698</b>
Banco do Brasil	29.892.967	970.287	1.107.095	(237.853)	31.732.496
BNDES	927.247	91.492	16.187	(82.976)	951.950
Caixa Econômica Federal	50.929	13	(4.412)	(4.044)	42.486
Sec.do Tesouro Nacional - STN	9.614.102	-	392.340	(210.676)	9.795.766
<b>INSS – Parcela de Dívidas</b>	<b>74.171</b>	<b>-</b>	<b>5.841</b>	<b>(5.953)</b>	<b>74.059</b>
<b>PASEP - Parcela de Dívida</b>	<b>264.452</b>	<b>-</b>	<b>40.806</b>	<b>(8.651)</b>	<b>296.607</b>
<b>Dívida Externa</b>	<b>1.899.076</b>	<b>261.228</b>	<b>(159.295)</b>	<b>(156.370)</b>	<b>1.844.639</b>
<b>Títulos</b>	<b>3.645</b>	<b>-</b>	<b>(241)</b>	<b>-</b>	<b>3.403</b>
Débitos em Libra Esterlina	583	-	24	-	606
Débitos em Dólar Norte Americano	3.062	-	(265)	-	2.797
<b>Contratos</b>	<b>1.895.431</b>	<b>261.228</b>	<b>(159.054)</b>	<b>(156.370)</b>	<b>1.841.236</b>
Débitos em Dólar Norte Americano	1.509.452	195.793	(120.374)	(125.320)	1.459.551
Débitos em Iene Japonês	385.979	65.435	(38.680)	(31.050)	381.685
<b>Total</b>	<b>42.722.944</b>	<b>1.323.020</b>	<b>1.398.562</b>	<b>(706.523)</b>	<b>44.738.003</b>

Fonte: SIAFEM/RJ e Superintendência do Crédito Público e Financiamento – SEF



Representação Gráfica:



Considerando o exposto, do total da Dívida Fundada 95,88% são referentes à dívida interna e 4,12% à dívida externa.

Cabe ressaltar que o total da Dívida Fundada, no exercício de 2006, sofreu um acréscimo de 4,72% em relação ao exercício anterior, tal fato deve-se ao aumento da dívida interna.

Com relação à movimentação ocorrida no exercício de 2006 nas contas componentes da dívida fundada tecemos os seguintes comentários:

A Dívida Fundada Interna, no exercício de 2006, totalizou R\$ 42.893.364 mil. Ao compararmos com o exercício de 2005, verificamos que houve um acréscimo de 5,07%.

Verificamos, também, que o endividamento junto ao Banco do Brasil S/A (R\$ 31.732.496 mil) ocupa uma posição de destaque no total da Dívida Fundada do Estado, isso é, ele representa 70,93% deste total e, em relação à Dívida Interna corresponde a 73,98%.

Apresentamos a seguir, algumas informações relevantes em relação à Dívida Fundada Interna, prestada pela Superintendência de Crédito Público e Financiamento da Secretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro:

- Contrato do Banco do Brasil S/A – cód. 12.1.074 → o saldo devedor existente é relativo a comissão devida ao Banco do Brasil S/A, e deverá ser quitado pela União ou pelo Estado do Rio de Janeiro, de acordo com sentença a ser proferida pela Justiça, quanto ao real devedor, refere-se ao restante acumulado de janeiro/1990 a abril/1992 – ERJ → R\$ 9.962.182,61 e METRO → R\$ 19.127.705,36;
- Contrato do Banco do Brasil S/A – cód. 12.1.157A → saldo residual, em decorrência do limite do dispêndio no pagamento da Lei n.º 9.496/97. O valor de



R\$ 459.767.781,60 foi incorporado ao saldo devedor do Contrato de Refinanciamento assinado com a União, em 29/10/99 (não constitui receita de operação de crédito);

- Contrato do Banco do Brasil S/A – cód. 12.1.157B → montante pendente de principal e juros a ser pago ou incorporado ao saldo do contrato de assunção e refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei n.º 9.496/97, código SCPF 12.1.157A, em virtude de liminar referendada pelo Supremo Tribunal Federal - Ação Cautelar n.º 231/2003 (o valor de 510.519.653,78, não constitui receita financeira).

A Dívida Externa, em 31/12/2006, totalizou R\$ 1.844.639 mil, convertidos monetariamente pelas suas respectivas cotações cambiais.

De acordo com informações contidas no Quadro Demonstrativo da Dívida Externa, elaborado pela Superintendência do Crédito Público e Financiamento da SEF, do total das emissões, R\$ 3.908.339,28 são valores que não constituem receita financeira, a saber:

- Cód. 21.1.009 → Despesa referente à execução do “PDBG” paga pelo BID, diretamente à firma Dimensional Engenharia Ltda em 12/01/2006 – R\$ 2.387.723,62
- Cód. 21.1.010 → Serviços de Consultoria e Gerenciamento do Programa, pagos no exterior por conta do devedor no valor de R\$ 1.520.615,66.

### 8.3.1 DÍVIDA FUNDADA INTERNA

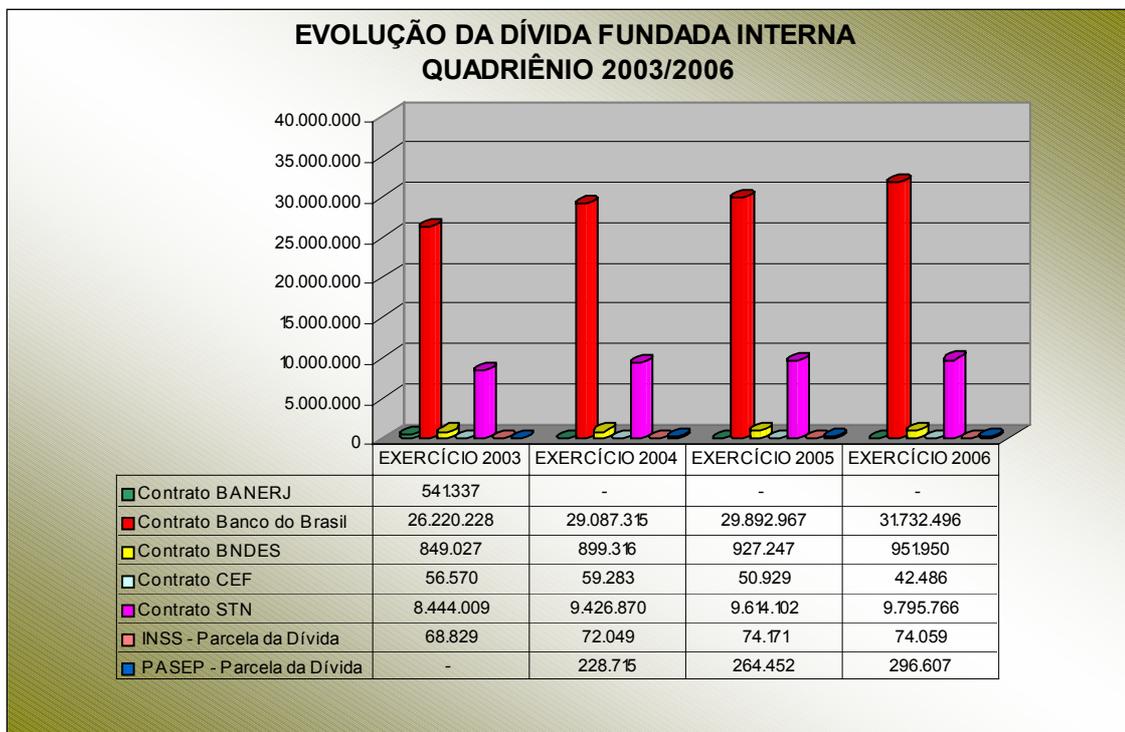
No quadriênio 2003/2006 a Dívida Fundada Interna evoluiu conforme demonstrado a seguir:

Em Milhares

COMPARATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA – QUADRIÊNIO 2003/2006								
Descrição	Saldo 31/12/2003	%	Saldo 31/12/2004	%	Saldo 31/12/2005	%	Saldo 31/12/2006	%
Contratos S.C.P	36.111.171	99,81%	39.472.784	99,24%	40.485.245	99,17%	42.522.698	99,14%
BANERJ	541.337	1,50%	0	0,00%	-	0,00%		0,00%
Banco do Brasil	26.220.228	72,47%	29.087.315	73,13%	29.892.967	73,22%	31.732.496	73,98%
BNDES	849.027	2,35%	899.316	2,26%	927.247	2,27%	951.950	2,22%
Caixa Economica Federal	56.570	0,16%	59.283	0,15%	50.929	0,12%	42.486	0,10%
Sec. do Tesouro Nacional - STN	8.444.009	23,34%	9.426.870	23,70%	9.614.102	23,55%	9.795.766	22,84%
INSS - Parcel. de Dívidas	68.829	0,19%	72.049	0,18%	74.171	0,18%	74.059	0,17%
PASEP - Parcel. de Dívida	0	0,00%	228.715	0,58%	264.452	0,65%	296.607	0,69%
<b>TOTAL</b>	<b>36.180.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.773.548</b>	<b>100,00%</b>	<b>40.823.868</b>	<b>100,00%</b>	<b>42.893.364</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Representação Gráfica:



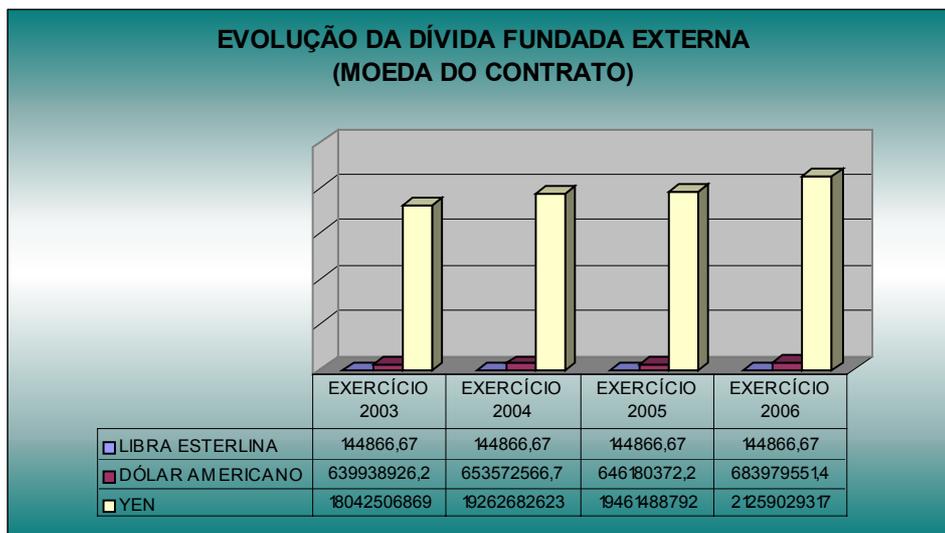
Com base no exposto, verificamos que dentre as contas que compõem a Dívida Fundada Interna do Estado, os Contratos do Banco do Brasil são os de maior representatividade, correspondendo a 73,98% desta dívida. Cabe ressaltar que no comparativo entre os exercícios de 2005 e 2006, houve um acréscimo de 6,15% no montante destes contratos, entretanto, informamos que foi incorporado o valor de R\$ 970.287.435,38 que é resultante de receitas não-financeiras, comentadas anteriormente.

### 8.3.2 DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Em moeda do contrato a evolução se deu conforme demonstrado no quadro a seguir:

COMPARATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA (MOEDA DO CONTRATO) – QUADRIÊNIO 2003/2006							
MOEDA	SALDO EM 31/12/2003	SALDO EM 31/12/2004	VARIAÇÃO %	SALDO EM 31/12/2005	VARIAÇÃO %	SALDO EM 31/12/2006	VARIAÇÃO %
LIBRA ESTERLINA	144.866,67	144.866,57	0,00%	144.866,57	0,00%	144.866,57	0,00%
DÓLAR AMERICANO	639.938.926,24	653.572.566,65	2,13%	646.180.372,15	-113%	683.979.551,42	5,85%
YEN	18.042.506.869,00	19.262.682.623,00	6,76%	19.461.488.792,00	103%	21.259.029.317,10	9,24%
	18.682.590.661,91	19.916.400.056,22		20.107.814.030,72		21.943.153.735,09	

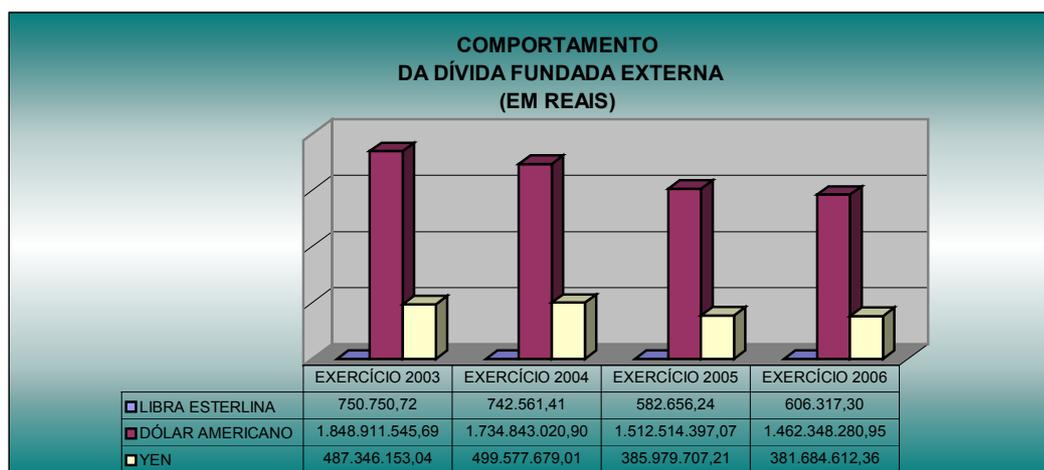
Representação Gráfica:



Em reais a Dívida Fundada Externa teve o seguinte comportamento:

COMPARATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA (MOEDA EM REAIS) - QUADRIÊNIO 2003/2006							
MOEDA	SALDO EM 31/12/2003	SALDO EM 31/12/2004	VARIAÇÃO %	SALDO EM 31/12/2005	VARIAÇÃO %	SALDO EM 31/12/2006	VARIAÇÃO %
LIBRA ESTERLINA	750.750,72	742.561,41	1,09%	582.656,24	-2153%	606.317,30	4,06%
DÓLAR AMERICANO	1.848.911.545,69	1.734.843.020,90	-6,17%	1.512.514.397,07	-12,82%	1.462.348.280,95	-3,32%
YEN	487.346.153,04	499.577.679,01	2,51%	385.979.707,21	-22,74%	381.684.612,36	1,11%
TOTAL	2.337.008.449,45	2.235.163.261,32		1.899.076.760,52		1.844.639.210,61	

Representação gráfica:



No quadriênio houve acréscimo da dívida em “moeda do contrato”, decorrente de liberação de recursos, entretanto, o mesmo não ocorreu em “Reais”, que sofreu uma redução da dívida, isto se deu em função, principalmente, da desvalorização das moedas estrangeiras em relação a nossa moeda.



## 8.4 OUTRAS OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

Conforme mencionamos no item 8.3, incluímos no grupo de contas “Outras Obrigações a Longo Prazo” as contas 22212.06.00 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR CONTRATO, 22243.08.00 – INSS – PARCELAMENTO DE DÍVIDAS e 22219.01.00 – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS das UG's da Administração Indireta.

Apresentamos a seguir, o demonstrativo do comportamento das contas integrantes do grupo “Outras Obrigações a Longo Prazo” no quadriênio 2003 a 2006:

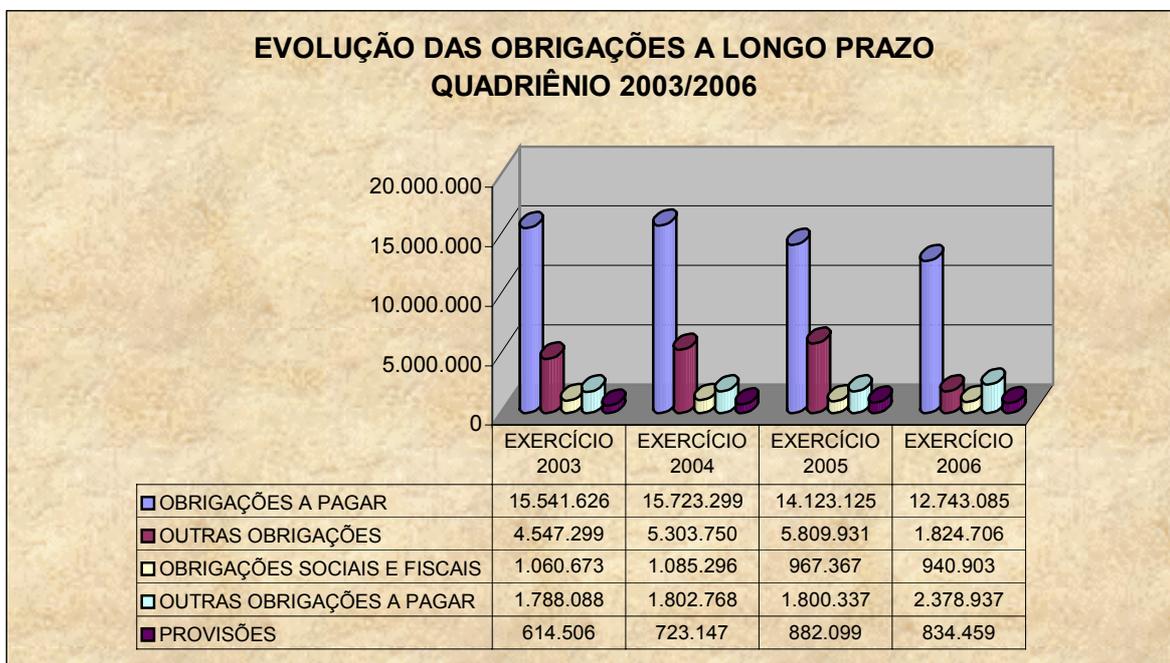
R\$ Milhares

OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - EXERCÍCIOS 2003 A 2006					
CONTA	SALDO 31/12/2003	SALDO 31/12/2004	SALDO 31/12/2005	SALDO 31/12/2006	%
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.541.626	15.723.299	14.123.125	12.743.085	68,06%
CESSÃO DE DIREITOS - ROYALTIES	15.449.179	15.538.267	13.849.763	12.400.329	66,23%
FINANCIAMENTOS EM CIRCULAÇÃO	92.447	185.032	273.362	342.756	1,83%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.547.299	5.303.750	5.809.931	1.824.706	9,75%
CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO	130.848	130.848	130.848	80.731	0,43%
PERDAS E DESAGIOS EM INVESTIMENTOS	3.268.930	3.268.930	3.668.603	91.449	0,49%
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.359	2.359	2.359	2.357	0,01%
CREDORES DE CONTRATOS EM RENEGOCIAÇÃO	36.316	36.249	33.306	32.069	0,17%
CERTIF. TESOUREIRO FEDERAL - PERMUTADO	1.108.846	1.319.003	1.421.735	1.561.300	8,34%
OBRIGAÇÕES C/EMPRESAS ESTADUAIS EM LIQUIDAÇÃO	-	546.361	553.080	-	0,00%
FORNEC/CREDORES C/CONTRATOS DE PARCELAMENTO	-	-	-	56.800	0,30%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS	1.060.673	1.085.296	967.367	940.903	5,03%
SOCIAIS	1.001.856	1.031.912	173	173	0,00%
FISCAIS	58.817	53.183	-	-	0,00%
PARCELAMENTO - PAES	-	-	459.765	423.888	2,26%
INSS - TERMO DE PARCELAMENTO DE DIVIDAS	-	201	85	6.351	0,03%
PARCELAMENTO - PREVIDENCIA PRIVADA	-	-	507.344	483.283	2,58%
PARCELAMENTO - PGNF/SRF	-	-	-	27.208	0,15%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.788.088	1.802.768	1.800.337	2.378.937	12,71%
OBRAS PARALIZADAS - CIEPS	77.615	75.620	75.620	69.427	0,37%
OBRAS MEDIDAS	2.277	2.277	2.277	-	0,00%
SEGUROS	35.915	40.018	40.908	40.908	0,22%
EMPRÉSTIMOS BNH/CEF - FASE DE RETORNO	494	472	452	428	0,00%
DÍVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	597.015	605.634	618.718	628.630	3,36%
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	120.452	134.671	149.166	735.548	3,93%
Operações de Crédito	106.783	88.402	69.643	58.694	0,31%
INSS - PARCELAMENTO DA DÍVIDA	276	201	0	0	0,00%
CONTRATO E EMPRESTIMO	847.261	855.473	843.553	845.302	4,51%
PROVISÕES	614.506	723.147	882.099	834.459	4,46%
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	230.509	363.398	345.804	349.203	1,87%
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	23.856	166.652	196.879	235.957	1,26%
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CIVIS	228.998	176.698	282.162	193.331	1,03%
PROVISÃO PARA FÉRIAS	170	176	-	-	0,00%
PROVISÃO PARA I.R.P.J.	-	-	39.837	36.531	0,20%
OUTRAS PROVISÕES	130.973	16.223	17.417	19.437	0,10%
TOTAL	23.552.192	24.638.260	23.582.859	18.722.090	100,00%

FONTE: SIAFEM/RJ



Representação Gráfica:



Da análise dos dados apresentados, podemos observar que o grupo de contas de maior destaque é Obrigações a Pagar, que em sua composição tem a conta “Cessão de Direitos – Royalties”, de maior representatividade, correspondendo no exercício de 2006 a 66,23% do total deste grupo. Ressaltamos que estas obrigações são amortizadas com os recursos que faz jus o Estado pela exploração de petróleo em seu território.

## 8.5 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Resolução n.º 40, de 20 de dezembro de 2001, do Senado Federal, em seu artigo 1º, § 1º, inciso V, conceitua a Dívida Consolidada Líquida como dívida pública, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

A Dívida Consolidada não inclui as obrigações existentes entre as administrações diretas dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ou entre estes.

O art. 3º da Resolução citada, estabelece como limite máximo para o montante da dívida consolidada líquida dos Estados o equivalente a duas vezes a receita corrente líquida.

A Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece Normas de Finanças Públicas voltada para a Responsabilidade na Gestão Fiscal, determinou em seu artigo 55, inciso I, que fará parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal o Demonstrativo da Dívida



Consolidada Líquida, elaborado pelo Poder Executivo e obrigatório a todos os Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Este demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF.

Apresentamos a seguir o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao exercício de 2006:

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II		R\$ Milhares
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO DE 2006
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>45.729.370</b>	<b>48.024.212</b>
Dívida Mobiliária	3.645	3.404
Dívida Contratual	43.538.940	45.582.413
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	755.641	987.616
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	-	-
Parcelamentos de Dívidas com a União	1.431.144	1.393.978
De Tributos Federais	-	-
De Contribuições Sociais	1.431.144	1.393.978
Previdenciárias (INSS)	402.777	395.134
Demais Contribuições Sociais	1.028.367	998.844
Do FGTS	-	-
Outras Dívidas	-	56.801
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.827.840</b>	<b>2.951.372</b>
Ativo Disponível	3.040.706	2.528.145
Haveres Financeiros	1.026.527	2.156.721
(-) Restos a Pagar Processados	(2.239.393)	(1.733.493)
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>1.139.281</b>	<b>1.519.063</b>
Precatórios anteriores a 5.5.2000	354.526	345.413
Insuficiência Financeira	-	-
Outras Obrigações	784.756	1.173.650
<b>DÍVIDA CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)</b>	<b>43.901.530</b>	<b>45.072.840</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>23.094.091</b>	<b>26.132.747</b>
% da DC sobre a RCL	198,01%	183,77%
% da DCL sobre a RCL	190,10%	172,48%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL N.º 40/2001 (2 x RCL)</b>	<b>46.188.182</b>	<b>52.265.494</b>

FONTE: SIAFEM/RJ

Nota:

1- Excluídos os valores registrados na UG 215100 "Imprensa Oficial" (Empresa Independente)

2 - Não considerados os valores registrados na UG 123400 "Rioprevidência" nos cálculos das deduções da DCL, de acordo com a Portaria n.º 470/2004 da STN

A Dívida Consolidada Líquida do Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstrativo exposto, monta, no exercício de 2006, o valor de R\$ 52.265.494 mil, que equivale a 172,48% da Receita Corrente Líquida. Desta forma, constatamos que não foi extrapolado o limite autorizado pelo art. 3º da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal.

Ressaltamos que embora a Dívida Consolidada Líquida no exercício de 2006 tenha aumentado em R\$ 1.171.310 mil referente ao exercício anterior, não acarretou aumento no percentual em relação à Receita Corrente Líquida, tendo em vista que esta teve um acréscimo de 13,16% em relação ao exercício de 2005.



## 8.6 RESULTADO NOMINAL

De acordo com o artigo 53º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Demonstrativo do Resultado Nominal deverá fazer parte do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada exercício.

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do exercício corrente e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzindo os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Por tanto, podemos dizer que o resultado Nominal representa, em suma, o acréscimo ou redução da dívida fiscal líquida de um ente.

A meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de 2006 foi de R\$ 1.962.928 mil, isso significa, que este é o limite máximo de acréscimo da Dívida Fiscal Líquida previsto para o exercício.

Apresentamos a seguir o Demonstrativo da Dívida Fiscal Líquida do exercício de 2006, e, conseqüentemente, o Resultado Nominal deste período:

LRF, art 53, inciso III - Anexo VI R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO	
	Em 31/12/2005 (a)	Em 31/12/2006 (b)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>45.729.370</b>	<b>48.024.212</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.827.840</b>	<b>2.951.373</b>
Ativo Disponível	3.040.706	2.528.145
Haveres Financeiros	1.026.527	2.156.721
(-) Restos a Pagar Processados	(2.239.393)	(1.733.493)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>43.901.530</b>	<b>45.072.839</b>
<b>RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVOS RECONHECIDOS (V)</b>	<b>1.431.144</b>	<b>1.450.779</b>
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)</b>	<b>42.470.386</b>	<b>43.622.060</b>

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Jan a Dez/2006	Jan a Dez/2006 (b-a)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>(157.846)</b>	<b>1.151.674</b>

Fonte: SIAFEM/RJ

Nota:

1 - Excluída a Imprensa Oficial por não se enquadrar no conceito de Empresa Dependente

2 - Não considerados para efeito de apuração da Dívida Fiscal Líquida os valores referentes ao RIOPROVIDÊNCIA, de acordo com a Portaria n.º 471/2004 da STN.

3 - A composição da dívida consolidada encontra-se no item IV.2 deste relatório.

Em Milhares

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
Meta de Resultado Nominal, fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO p/ Ex. 2006	1.962.928



Conforme o quadro exposto, o Resultado Nominal do exercício de 2006 ficou no valor de R\$ 1.151.674 mil. Cabe ressaltar que embora, o Resultado Nominal não tenha ultrapassado a meta fixada para o acréscimo da dívida fiscal líquida no exercício de 2006, que foi de R\$ 1.962.928 mil, podemos dizer que o Estado teve um aumento significativo na sua Dívida, levando em conta que no exercício de 2005 ocorreu um decréscimo na dívida fiscal líquida de R\$ 157.846 mil.

Podemos observar, que esse aumento originou-se do acréscimo da Dívida Consolidada em 5,02% no exercício de 2006, pelo reajustamento das Operações de Crédito Internas por Contratos S.C.P, conforme demonstrado abaixo:

Em Milhares

DÍVIDA CONTRATUAL - OPERACOES DE CREDITO INTERNA	EXERCICIO 2005	EXERCICIO 2006
222100000 OPERACOES DE CREDITO – INTERNA	41.398.443	43.426.696
<b>222120000 POR CONTRATOS S.C.P.</b>	<b>40.554.890</b>	<b>42.581.394</b>
222120300 - BANCO DO BRASIL S.A.	29.892.967	31.732.496
222120400 - BCO.NACIONAL DE DESENVOLV. ECONÔMICO E SOCIAL	927.248	951.950
222120500 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	50.929	42.487
222120600 – UNIAO	9.683.745	9.854.460
<b>222190100 - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b>843.553</b>	<b>845.302</b>

Fonte: SIAFEM/RJ